

Regulamento

Modelo de Intervenção Integrada do

Concelho de Ourique (MII)

Regulamento Modelo de Intervenção Integrada

Nota justificativa

O Modelo de Intervenção Integrada surge no âmbito da Rede Social, de acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Ourique, constando ainda em Plano de Desenvolvimento Social e respectivo Plano de Acção de 2009, aprovado em Reunião Extraordinária de Conselho Local de Acção Social de Ourique (CLASO) de 16/02/2009, Acta n.º 16.

Face ao modelo de intervenção actual, assumida por uma pluralidade de actores e agentes institucionais, dispersa por um conjunto de funções, directrizes técnicas e jurídicas muitas vezes incompatíveis e não partilhadas, o qual não permite uma visão global das problemáticas reais que se inter cruzam no indivíduo e no seu meio familiar, o Modelo de Intervenção Integrada poderá de alguma forma contribuir para a articulação do trabalho desenvolvido pelas diferentes áreas de intervenção, evitando a sobreposição de actuações e promovendo a eficácia das respostas junto das famílias beneficiárias.

O Modelo de Intervenção Integrada consiste num conjunto de procedimentos sistematizados, com propostas de intervenção flexíveis e transformáveis, adaptadas às reais necessidades das famílias beneficiárias.

Permite o diagnóstico, em tempo real, das necessidades, o planeamento de respostas e intervenções com maior capacidade de produzir mudança, garantindo maiores probabilidades de sucesso e rentabilizando os recursos existentes.

Secção I

Disposições Gerais

Artigo 1º

Objecto

O presente regulamento define as condições de definição e implementação do Modelo de Intervenção Integrada no Concelho de Ourique.

Artigo 2º

Âmbito Geográfico

O presente regulamento aplica-se à intervenção de âmbito social no Concelho de Ourique.

Artigo 3º

Finalidades

- 1 – O Modelo de Intervenção Integrada tem como finalidade melhorar as respostas sociais prestadas às famílias do Concelho de Ourique;
- 2 – Planear intervenções evolutivas e em continuidade, orientadas por sucessivos patamares de desenvolvimento e autonomização, estruturadas numa perspectiva técnica coerente e partilhada por todos os intervenientes.

3 – Qualificar os/as técnicos/as que actuam na área da intervenção social, dotando-os/as de competências técnicas específicas.

Artigo 4º

Objectivos

Os principais objectivos do Modelo de Intervenção Integrada são:

- a)** Elaborar/aprofundar o diagnóstico social das famílias beneficiárias e das problemáticas existentes, identificando capacidades/recursos para a mudança;
- b)** Definir e implementar Planos de Intervenção flexíveis e ajustáveis, adequados às problemáticas identificadas, tendo em conta os recursos e capacidades existentes;
- c)** Criar um conjunto de respostas de transição, em parceria com as instituições/empresas locais, que permita aos beneficiários passar por novas experiências, em diferentes contextos, orientados por um técnico.
- d)** Contribuir para a autonomização das famílias/indivíduos.

Artigo 5º

Beneficiários/Destinatários

1-São beneficiários/destinatários do Modelo de Intervenção Integrada todas as famílias residentes no Concelho de Ourique, com necessidades de intervenção social identificadas.

Artigo 6º

Entidades/Parcerias

O Modelo de Intervenção Integrada implica o trabalho conjunto de várias entidades intervenientes no concelho, de acordo com diferentes papéis e responsabilidades, definidas em protocolo de parceria anexo a este regulamento. As entidades participantes são as seguintes:

- a) ESDIME, na qualidade de entidade coordenadora do Modelo de Intervenção Integrada, até de Maio de 2012. Após esta data, a coordenação será definida pelo Núcleo Executivo da Rede Social do Concelho de Ourique.
- b) A parceria é constituída por todas as entidades que integram o CLASO, as quais assumem diferentes funções, de acordo com o nível de funcionamento descritos no Artigo 7º deste regulamento.

Sessão II

Organização e Funcionamento

Artigo 7º

Funcionamento

1-O Modelo de Integrado de Integrada apresenta dois níveis de funcionamento:

- a) **Nível estratégico:** a este nível efectuar-se-á a definição, aprovação e implementação da metodologia de intervenção

integrada e respectiva re-avaliação, assente na parceria do CLASO.

b) Nível Operacional: remete para questões relacionadas com a aplicação dos procedimentos definidos, nomeadamente, aplicação dos circuitos de articulação, realização de reuniões, sinalização de famílias beneficiárias, encaminhamento de casos, atribuição de técnico de referência/gestor de caso, registo e gestão de informação sobre os casos, formação para técnicos, entre outras.

2 – A operacionalização do Modelo de Intervenção Integrada, passa pela realização de reuniões de equipa, as quais poderão ter diferentes objectivos e intervenientes.

3-O funcionamento do Modelo de Intervenção Integrada encontra-se descrito detalhadamente no Manual de Procedimentos, anexo a este regulamento.

4-Em função da dinâmica criada e das necessidades identificadas poderão ser introduzidas novas alterações ao funcionamento do MII.

Artigo 8º

Composição

O Modelo de Intervenção Integrado aplica-se com base na seguinte estrutura:

a) Coordenação: assumida pela Esdime, enquanto entidade coordenadora do CLDS Orika-te, até Maio de 2012; após esta data, a coordenação será definida pelo Núcleo Executivo da Rede Social do Concelho de Ourique. Participa activamente nos dois níveis de funcionamento, alimentando e coordenando todo o

trabalho de implementação do Modelo de Intervenção Integrada do Concelho de Ourique.

- b) Equipa Permanente: equipa multidisciplinar, constituída por técnicos representantes de entidades com intervenção social directa na família, em sectores estruturantes, nomeadamente, Segurança Social, Centro de Emprego, Centro de Saúde, Câmara Municipal de Ourique e CLDS Orika-te.

Ao nível estratégico e, em colaboração com a coordenação tem como principais funções analisar e definir o processo de implementação e funcionamento do MII e; ao nível operacional participa conjuntamente, com os Técnicos da Equipa Flutuante, Técnicos de Referência e Gestores de Caso na elaboração do diagnóstico, na discussão da situação/problema, na definição/redefinição do plano de intervenção e na avaliação da intervenção.

Neste nível participam ainda:

- a) Equipa Flutuante: equipa multidisciplinar, constituída por técnicos de entidades parceiras, com intervenção directa com a família numa área especializada e que possuem informação relevante para a elaboração do diagnóstico e definição do plano de intervenção, podendo assumir funções operacionais ao nível da implementação do plano de intervenção.
- b) Técnico/a de referência: técnico com maior contacto e relação estabelecida com a família. Tem como função assegurar a articulação entre as entidades/técnicos intervenientes na implementação da intervenção, sendo responsável por acompanhar todo o processo.

- c) Gestor/a de Caso: técnico que não intervém directamente na família. Tem como função coordenar/gerir o processo de intervenção monitorizando a aplicação do Plano de Intervenção definido em reunião de equipa.

Artigo 9º

Avaliação

Cabe à entidade coordenadora proceder à avaliação do funcionamento do MII, efectuada de acordo com o Sistema de Avaliação descrito no Manual de Procedimentos anexo a este regulamento.

Secção III

Disposições Finais

Artigo 10º

Revisão do Regulamento

O presente regulamento poderá ser alvo de alterações ou modificações, sempre que sejam considerados pertinentes por parte das entidades parceiras e comunicado no prazo de 10 dias úteis aos destinatários do MII.

Artigo 11º

Dúvidas e Omissões

Todas as dúvidas ou omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Regulamento serão analisadas e consideradas pelo CLASO

ou Núcleo da Rede, que após elaboração de parecer fundamentado, as submeterão à apreciação dos mesmos.

Artigo 12º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia útil imediatamente subsequente à sua aprovação em CLASO.

Ourique, Setembro de 2011

O Presidente do CLASO

(Pedro Nuno Raposo Prazeres do Carmo)